



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

**RELATÓRIO ANUAL DE ATUAÇÃO DA
COMISSÃO, ACERCA DA PROMOÇÃO DA
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

Janeiro- 2026

1) Apresentação

A criação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Paraíba ocorreu por meio do Ato da Presidência nº 66/2019, instrumento que definiu suas competências e atribuições institucionais. Ressalta-se que tal ato antecedeu a Conselho Nacional de Justiça, a qual passou a estabelecer diretrizes voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência no Poder Judiciário, além de regulamentar as Unidades de Acessibilidade e Inclusão.

Esse contexto evidencia que o Tribunal de Justiça da Paraíba já demonstrava atenção e comprometimento com a pauta da acessibilidade antes mesmo da consolidação das diretrizes nacionais sobre o tema. Com a publicação da norma do CNJ, tornou-se necessária a realização de adequações, sobretudo no que se refere à composição da Comissão, ajustando-a às especificações previstas no art. 25 da mencionada Resolução.

Nos termos do art. 26 da Resolução CNJ nº 401/2021, compete à Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – COMPACI atuar estrategicamente na proposição, orientação e monitoramento de ações destinadas à eliminação de qualquer forma de discriminação, bem como à remoção de barreiras que comprometam o acesso seguro e autônomo de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida às instalações e serviços do órgão. Também lhe cabe sugerir à Presidência a edição ou revisão de atos normativos relacionados à sua área de atuação e deliberar acerca do relatório anual de atividades voltadas à promoção da acessibilidade e inclusão.

Observa-se, portanto, que a Comissão exerce função estratégica e institucional, acompanhando a implementação de políticas inclusivas, mantendo interlocução com a Administração para eventual aperfeiçoamento normativo e aprovando o relatório anual de suas ações. Embora a Resolução CNJ nº 401/2021 não determine a obrigatoriedade de reuniões periódicas, registra-se que, ao longo do ano, foram realizadas reuniões que resultaram em diretrizes e encaminhamentos relevantes.

Por fim, este relatório apresentará a composição atual da Comissão, os normativos que fundamentam sua atuação, as ações desenvolvidas a partir das deliberações ocorridas nas reuniões realizadas e as considerações conclusivas acerca das atividades desempenhadas.

2) Composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

NOME	CARGO	FUNÇÃO
Desa. Anna Carla Lopes Correia Lima de Freitas	Desembargadora	Presidente
Dr. Fábio José de Oliveira Araújo	Juiz de Direito	Membro
Ana Caroline Leal Vasconcelos	Gerência de Planejamento	Membro
Marieta Dantas Tavares de Melo	Gerência de Engenharia e Arquitetura	Membro
Valéria Lúcia Winkeler Beltrão	Gerência de Qualidade de Vida	Membro
Maria do Socorro Belarmino de Souza	Pedagoga do NAPEM - PcD	Membro
Washington Rocha de Aquino	Gerência de Legislação e Precedentes - PcD	Membro
Daiane Lins da Silva Firino	Coordenação Pedagógica da Escola Superior da Magistratura	Membro
Cássio Higino de Freitas	Coordenação de Sistemas Administrativos da Diretoria de Tecnologia da Informação	Membro
Viviane dos Santos Sousa	Núcleo de Gestão Socioambiental	Membro
Eduardo José Silva de Araújo	3ª Vara Mista de Guarabira	Membro

3) Reuniões Ordinárias

3.1) Primeira reunião ordinária - 03/04/2025

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2025/05/Ata_da_Reuniao_COMPACI_UNAI_03-04-2025.pdf

3.2) Segunda reunião ordinária - 14/06/2025

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2026/02/SEI_0192981_Ata_de_Reuniao.pdf

3.3) Terceira reunião ordinária - 14/07/2025

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2025/08/Ata_de_reuniao_da_COMPACI_-_1

[4-07-2025_0.pdf](#)

3.4) Quarta reunião ordinária - 06/08/2025

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2025/08/Ata_de_reuniao_da_COMPACI_-_06-08-2025_0.pdf

4) Normativos

4.1) Ato da Presidência nº 66/2019: Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário do Estado da Paraíba. Dispõe sobre a criação da comissão e suas responsabilidades.

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/ato_da_presidencia_no_66_2019_.pdf

4.2) Lei nº 13.146/2015: Estatuto da Pessoa com Deficiência

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/ato_da_pres. 32_2021.pdf

4.3) Resolução nº 401/2021, do CNJ - Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3987>

4.4) Resolução nº 35/2021, do TJPB - Institui condições especiais de trabalho no TJPB para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, bem como os que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências.

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/resolucao_no_35_-_condicoes_especiais_de_trabalho_1.pdf

4.5) Ato da Presidência nº 31/2025 do TJPB - Designação da composição dos membros da UNAI, conforme DJe - 28/02/2025

https://drive.google.com/drive/folders/1Me3PQ2ZT9OT3l4h_LCVBxTlslv1eLXCR

4.6) Ato da Presidência nº 36/2025 do TJPB - Designação da composição dos membros da COMPACI, conforme DJe - 28/02/2025

https://drive.google.com/drive/folders/1Me3PQ2ZT9OT3l4h_LCVBxTlslv1eLXCR

4.7) Ato da Presidência nº 100/2025 do TJPB - Acrescenta o inciso XI ao art. 1º do Ato da Presidência nº 36, de 28 de fevereiro de 2025.

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/Ato_da_Presidencia_n._100_25062025.pdf

5) Ações

As propostas voltadas à análise e à implementação de medidas foram estruturadas a partir das discussões e deliberações ocorridas nas reuniões ordinárias da Comissão, tendo como finalidade subsidiar a Gestão na consolidação de políticas de acessibilidade e inclusão destinadas às pessoas com deficiência.

Nesse contexto, busca-se assegurar que o Tribunal ofereça acesso pleno e efetivo à comunicação e à informação no âmbito dos serviços judiciais, mediante a utilização de recursos, formatos e tecnologias acessíveis, tais como Língua Brasileira de Sinais (Libras), sistema Braille, audiodescrição, legendagem, linguagem simples e comunicação tátil.

Essa perspectiva integra a dimensão da acessibilidade comunicacional no Judiciário, cujo propósito é remover barreiras na comunicação, garantindo que todas as pessoas, independentemente de eventual deficiência, possam participar de forma inclusiva e equitativa.

Na sequência, serão apresentadas as principais iniciativas relacionadas à acessibilidade comunicacional, à acessibilidade tecnológica e aos cursos ofertados.

5.1) Acessibilidade Comunicacional

Solenidades em 2025 com participação de intérprete de LIBRAS

Solenidade		Data	Hora	Local
1.	Posse da Nova Mesa Diretora biênio 2025/2026	03/02/2025	16 h	Intermares Hall
2.	Homenagem às mulheres do Judiciário	07/03/2025	8h30	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça
3.	Conselho da Magistratura	24/03/2025	9h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça
4.	Palestra sobre bem-estar no trabalho abre a Semana Nacional da Saúde.	09/04/2025	8h30	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça.
5.	Lançamento: Aplicativo 'TJPB Cidadão'	15/05/2025	9 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça.
6.	Exposição 'Arte e (Re) construção nas cores da Liberdade'	15/05/2025	10h30	Hall da galeria dos ex-presidentes - Anexo Administrativo do Palácio da Justiça.
7.	Solenidade De Abertura Das Comemorações Dos 160 Anos De Nascimento De Epitácio Pessoa E Palestra Margarida Cantarelli	23/05/2025	10 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça.
8.	Homenageia Jurista Ofélia Gondim com a Medalha da Ordem do Mérito	23/07/2025	15 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça
9.	Abertura inspeção da Corregedoria Nacional de Justiça no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	20/8/2025	9 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça
10.	Apresentação e Videoconferência – Juízes CNJ	21/08/2025	15 h	ESMA – Escola Superior da Magistratura

11.	Caravana Nacional de Cooperação Judiciária	22/08/2025	15 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça
12.	Solenidade de Instituição do Ato Normativo e apresentação da Plataforma do Plano Pena Justa	26/08/2025	9 h	ESMA – Escola Superior da Magistratura
13.	Visibilidade da pessoa com deficiência e o acesso à Justiça.	22/09/2025	8 h	ESMA – Escola Superior da Magistratura
14.	Visita Institucional do Presidente do Superior Tribunal Federal, Ministro Edson Fachin	20/10/2025	8 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça
15.	III Congresso Internacional de Direito da ESMA.	12,13 e 14/11/2025	8 h	Auditório do Centro Cultural Ariano Suassuna do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE-PB C
16.	Congresso Paraibano de Direito de Família e Sucessões: A Família na Atualidade dos Tribunais Brasileiros.	17 e 18 /11/2025	9 h as 18 h	ESMA – Escola Superior da Magistratura
17.	Pleno e Órgão Especial.	26/11/2025	9 h	Federação das Indústrias da Paraíba (FIEPB) – Campina Grande
18.	Programa Novos Caminhos.	18/12/2025	10 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça
19.	A Cantata Natalina: Aos Olhos de Maria.	19/12/2025	19 h	Praça João Pessoa

Links de algumas matérias:

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/ministro-mauro-campbell-participa-de-encontro-com-juizes-e-delegatarios-dos-cartorios>

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/tribunal-de-justica-promove-evento-dedicado-a-inclusao-e-acessibilidade>

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/congresso-paraibano-aprofunda-debates-sobre-familia-sucessoes-e-reformas-legislativas>

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/cantata-realizada-pelo-tjpb-e-aemp-celebra-o-natal-emocional-publico-e-encerra-ano-judiciario>

5.2) Realização de ação de capacitação nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência

No período em referência, o Tribunal promoveu ações de capacitação voltadas à temática da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência, com ênfase no viés pedagógico, através da promoção de cursos e webinários sobre a matéria pela Escola Superior da Magistratura, conforme registrado em documento próprio da ESMA, alcançando quantitativo expressivo de participantes. Ao todo, foram capacitados 55 magistrados (21,57%) e 816 servidores (19,79%), evidenciando o compromisso institucional com a formação continuada e o fortalecimento de práticas alinhadas à promoção da acessibilidade, à garantia de direitos e à ampliação do acesso à justiça.

CAPACITAÇÕES NA TEMÁTICA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO – ANO 2025

Quantitativo Geral de Capacitados

Magistrados: 55 (21,57%)

Servidores: 816 (19,79%)

Curso “Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS”

Período de Realização:

07/02/2025 a 30/03/2025 – Módulo I

11/04/2025 a 25/05/2025 – Módulo II

Carga Horária: 40h/a cada Módulo

Concluintes:

Módulo I: 17 concluintes, sendo 2 magistrados, 13 servidores de 1º grau e 2 residentes. **Módulo II:** 6 concluintes, sendo 5 servidores de 1º grau e 1 residente.

Curso “Legislação e atendimento aplicado à pessoa com

deficiência ” Período de Realização: de 12/05/2025 a 03/06/2025

Carga Horária: 20h/a

Concluintes: 20 concluintes, sendo 5 magistrados, 12 servidores de 1º grau e 3 servidores de 2º grau.

Curso “ Atendimento à Pessoa com Deficiência no âmbito administrativo e jurisdicional do Tribunal: garantia de direitos humanos e acesso à justiça e cidadania ” Período de Realização: 14/07/2025 a 25/07/2025

Carga Horária: 20h/a

Concluintes: 28 concluintes, sendo 1 desembargador, 18 magistrados, 8 servidores de 1º grau e 1 servidor de 2º grau.

Evento “ Justiça Inclusiva e Acessível a Todos ”

Data de Realização: 22/09/2025

Carga Horária: 08 horas

Participantes: 73 participantes, sendo 1 desembargador, 4 magistrados, 9 servidores de 1º grau, 18 servidores de 2º grau, 1 estagiário e 40 público externo.

Webinário “ Políticas de Inclusão e Acessibilidade no Judiciário ”

Turma 1

Data de Realização: 28/11/2025

Carga Horária: 03 horas

Participantes: 99 participantes, sendo 6 magistrados, 84 servidores de 1º grau, 06 servidores de 2º grau, 2 estagiários e 01 público externo.

Turma 2

Data de Realização: 12/12/2025

Carga Horária: 02 horas

Participantes: 749 participantes, sendo 25 magistrados, 548 servidores de 1º grau, 158 servidores de 2º grau, 12 estagiários e 06 público externo.

5.3) Acessibilidade Tecnológica

A Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC ofereceu ferramentas de tecnologia assistiva para os usuários com deficiência visual nativas do sistema operacional Microsoft Windows, notadamente o recurso leitor de tela e a configuração de tema de contraste. Quando solicitado pelo usuário, o setor de atendimento pôde também instalar ferramenta de acessibilidade específica que ele possa necessitar para a realização de suas atividades produtivas, desde que sejam gratuitas. Ferramentas que requeiram licenciamento precisam ser submetidas para análise, para que o procedimento e o custo de aquisição possam ser avaliados pela Diretoria.

Essa Diretoria, por meio da Gerência de Atendimento (GEATE), buscou manter

contato com a Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD), explorando informações para aprimorar a prestação de serviços tecnológicos ao jurisdicionado com deficiência. Houve reuniões preliminares com servidores técnicos da fundação, o que poderá ser ampliado para parcerias formais, através da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão desta Corte.

O atual portal do TJPB passou por adequações técnicas com o objetivo de viabilizar maior acessibilidade das informações disponibilizadas, garantindo que determinados conteúdos possam ser acessados por usuários com deficiência. Para isso, páginas e funcionalidades foram e são avaliadas por ferramentas apropriadas, como o ASES Web e Lighthouse (recurso do navegador Google Chrome). Atualmente, de acordo com estes recursos de avaliação, nosso portal possui pontuação de 80,13%, com base no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). Maiores informações podem ser vistas na página: <https://www.tjpb.jus.br/acessibilidade>.

Dentre as principais ações realizadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC) no último ano, destaca-se o desenvolvimento do novo portal do Tribunal de Justiça da Paraíba. Um dos principais requisitos elicitados para sua construção foi a acessibilidade, de forma a possibilitar que todo o conteúdo possa ser acessado por alto-contraste ou ampliação de caracteres, no caso de deficientes visuais parciais ou por meio de leitores de tela, no caso de deficientes visuais totais. Trata-se de uma grande oportunidade, pois a acessibilidade foi pensada desde o início, o que é uma vantagem em comparação à adaptação de solução existente que atenda apenas parcialmente o requisito. Neste momento, o novo portal está em fase de migração de conteúdo e treinamento técnico para os administradores. Em momento posterior, deverá ser disponibilizado ao usuário final, já com os requisitos mencionados devidamente implementados.

6) Relatório de Análise dos Indicadores de Acessibilidade

Base normativa: Resolução CNJ nº 401/2021

A Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu diretrizes para promoção da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no âmbito do Poder Judiciário, bem como definiu indicadores de desempenho que devem ser informados pelos tribunais para elaboração do Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário. O art. 29 da referida resolução determina que os órgãos do Poder Judiciário

observem os indicadores constantes do Anexo da norma para mensurar e monitorar suas políticas institucionais de acessibilidade e inclusão.

O presente relatório apresenta a análise dos indicadores de acessibilidade e inclusão do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB) no ano de 2025, com o objetivo de avaliar o desempenho institucional do tribunal nas seguintes dimensões:

- Gestão da acessibilidade e inclusão
- Acessibilidade em serviços
- Acessibilidade comunicacional
- Acessibilidade tecnológica

6.) Gestão da Acessibilidade e Inclusão

1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO			
Código	Sigla	Pergunta	Quant.
1.1	<u>MagP(PcD)</u>	Quantidade de magistrados(as) com deficiência.	2
1.2	<u>TPEft/TPI (PcD)</u>	Quantidade de servidores(as) com deficiência.	117
1.3	<u>TPSV (PcD)</u>	Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência.	13
1.4	<u>TPEC (PcD)</u>	Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.	11
1.5	<u>TFAuxE (PcD)</u>	Quantidade de estagiários(as) com deficiência.	0
1.6	<u>TFAuxT (PcD)</u>	Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência.	8
1.7	<u>TFAuxC (PcD)</u>	Quantidade de conciliadores(as) com deficiência.	0
1.8	<u>TFAuxJL (PcD)</u>	Quantidade de juízes(as) leigos(as) com deficiência.	1
1.9	<u>TFAuxSP (PcD)</u>	Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas.	0
1.10	<u>TFAuxV (PcD)</u>	Quantidade de voluntários(as) com deficiência.	1
1.11	<u>TFAuxApr (PcD)</u>	Quantidade de aprendizes com deficiência.	0

Os indicadores desta dimensão mensuram a presença de pessoas com deficiência nos quadros do tribunal e nas diferentes modalidades de vínculo institucional. Os dados indicam que o Tribunal de Justiça da Paraíba possui presença significativa de servidores com deficiência, totalizando 130 servidores com deficiência (117 efetivos + 13 comissionados). Destaca-se também a presença de 02 magistrados com deficiência, o que demonstra

inclusão também em cargos de maior nível hierárquico, e a participação de trabalhadores terceirizados com deficiência, o que contribui para a diversidade institucional.

Entretanto, observa-se ausência ou baixa representatividade de pessoas com deficiência em algumas categorias, como: estagiários, conciliadores e aprendizes. Esses resultados indicam espaço para ampliação das políticas de inclusão nessas modalidades de vínculo.

6.2) Acessibilidade em Serviços

2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS			
Código	Sigla	Pergunta	Quant.
2.1	<u>PServCapac</u>	Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	0,2136
2.2	<u>Qctemas</u>	Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	4
2.3	<u>Qctemasvagas</u>	Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	160
2.4	<u>QLibrasServ</u>	Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base.	16
2.5	<u>QLibrasAux</u>	Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.	2
2.6	<u>PGCap</u>	Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	0,2594
2.7	<u>Qservcapgo</u>	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.	10
2.8	<u>Qservcapti</u>	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.	1
2.9	<u>Qservcapea</u>	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.	10
2.10	<u>Qacmudatitu</u>	Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.	3
2.11	<u>ACpi</u>	Ações de promoção da inclusão.	14
2.12	<u>QCont Libras</u>	Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base.	0

Nesta dimensão, que avalia as ações institucionais relacionadas à capacitação de servidores e à oferta de serviços acessíveis. Os resultados apontam avanços importantes nas ações institucionais de capacitação e sensibilização. Onde observa-se aspectos positivos quanto a oferta de 4 cursos de acessibilidade com 160 vagas, realização de 14 ações de promoção da inclusão, presença de servidores capacitados em Libras e o cuidado com a capacitação de servidores nas áreas de engenharia e arquitetura para a atenção da acessibilidade.

Entretanto, alguns pontos merecem atenção. Apenas 21,36% dos servidores receberam capacitação em acessibilidade, somente 1 servidor da área de tecnologia da informação possui capacitação em acessibilidade digital e nenhum contrato de atendimento ao público possui profissionais aptos em Libras. Esses fatores indicam necessidade de expansão das políticas de formação e contratação com foco em acessibilidade.

6.3) Acessibilidade Comunicacional

3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL			
Código	Sigla	Pergunta	Quant.
3.1	<u>VAcess</u>	Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade.	624
3.2	<u>MAcess</u>	Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível.	1772
3.3	<u>OuvComuAlter</u>	A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?	Sim
3.4	<u>PEventAcessi</u>	Proporção de eventos, presenciais ou a distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais.	0,25

Os dados que avaliam os recursos de comunicação acessível oferecidos pela instituição, demonstram forte atuação institucional na produção de conteúdo acessível, com grande volume de materiais adaptados. Destacando a quantidade de vídeos com recursos de acessibilidade (legenda, Libras ou audiodescrição), onde foram gerados um total de 624 vídeos no ano de 2025. No quesito de matérias jornalísticas acessíveis, esse volume foi ainda maior, 1772 materiais. Por outro lado, apenas 25% dos eventos institucionais possuem recursos de acessibilidade. Esses resultados indicam necessidade de ampliar a acessibilidade em eventos.

6.4) Acessibilidade Tecnológica

4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA			
Código	Sigla	Pergunta	2025
4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA			
4.1.1	<u>ProgAvaNivAce</u>	O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	Sim
4.2	<u>FornTecAssis</u>	O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?	Programa leitor de tela, Ferramenta de contraste, Programa de ampliação de tela
4.3	<u>FornProgPDef</u>	O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?	Sim

Com relação a Acessibilidade Tecnológica, o tribunal demonstra compromisso com acessibilidade digital ao utilizar ferramentas de avaliação de acessibilidade do site e disponibilizar programas leitores de tela e ferramentas de contraste. Como também, oferece tecnologias assistivas específicas para aplicativos de videoconferência, o que pode facilitar a participação de pessoas com deficiência em reuniões e audiências virtuais.

7) Conclusão

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão tem deliberado acerca das medidas a serem implementadas, contando com a colaboração de Diretorias, Gerências e demais unidades administrativas.

Os principais eventos contam com a disponibilização de intérpretes de Libras, uso de autodescrição e equipe de apoio geral, mediante a oferta de serviços e assistência prestados pelos servidores da Gerência de Qualidade de Vida, denotando o caráter inclusivo que essa Corte tem buscado.

Ademais, a partir de provocação da própria Comissão quanto à necessidade de capacitação específica, foi articulada a realização de ações formativas por intermédio da Escola Superior da Magistratura – ESMA.

Em síntese, a Diretoria de Tecnologia da Informação tem adotado medidas

estruturadas para ampliar a acessibilidade tecnológica no âmbito do Tribunal de Justiça da Paraíba, contemplando a oferta de recursos assistivos, a avaliação contínua do portal institucional e o desenvolvimento de uma nova plataforma concebida sob os princípios do desenho universal. Tais iniciativas evidenciam o compromisso institucional com a inclusão, a melhoria contínua dos serviços digitais e a garantia de acesso equitativo às informações e sistemas por pessoas com deficiência.

Por fim, as iniciativas apresentadas observam o trâmite regular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com a participação e o empenho de todos(as) os(as) envolvidos(as), a fim de que a Comissão se consolide, de forma efetiva, como instância promotora do reconhecimento e da garantia dos direitos das pessoas com deficiência no âmbito do Judiciário Estadual da Paraíba.

**ANNA CARLA
LOPES CORREIA
LIMA DE FREITAS**

Assinado de forma digital
por ANNA CARLA LOPES
CORREIA LIMA DE FREITAS
Dados: 2026.03.24 18:14:14
-03'00'

ANNA CARLA LOPES CORREIA LIMA DE FREITAS

Desembargadora Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão